A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS E OS SEUS DESAFIOS

Bernardo Vasconcelos e Sousa
Director do
Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Não constitui novidade assinalar a gritante contradição que tem lugar num país com oito séculos e meio de existência, em que o culto da história pátria foi tantas vezes alardeado até à exaustão, por um lado, e em que, simultaneamente, a indiferença, se não mesmo o desleixo, caracterizaram, ao longo de décadas e décadas, as atitudes oficiais face aos arquivos. Apesar das limitações que persistem e que não será difícil reconhecer, julgo poder afirmar-se, no entanto, que tem vindo a ganhar expressão a ideia de defender e valorizar o património cultural nos seus múltiplos aspectos, seja à escala nacional, regional ou mesmo local. Os arquivos têm, também eles, beneficiado desta manifestação de uma nova sensibilidade cultural a que não têm sido alheias a Escola, a Imprensa e as Autarquias.

Por outro lado, e ao contrário do que sucedia entre nós há ainda não muito tempo, vai fazendo o seu percurso e vai ganhando maior expressão a ideia de que uma actuante política de arquivos não pode levar apenas em linha de conta as preocupações dos investigadores eruditos ou dos simples curiosos pelo passado. Uma política de arquivos para os nossos dias tem, obrigatoriamente, de ter em conta uma concepção moderna da Administração Pública e do seu eficaz funcionamento, quer ao nível central, quer ao nível local. A recuperação da informação - um elemento chave das sociedades contemporâneas - é tanto mais

rápida e útil quanto melhor organizados estiverem esses mananciais de informação acumulada que são os arquivos.

Este alargamento da problemática e da incidência da política de arquivos surge como um dado que não sendo, de todo, novo, constitui para nós um novo e imenso desafio. É deste mesmo desafio, de algumas das suas principais componentes e das respostas para o enfrentar que passarei a tratar.

1. À política de arquivos na Administração Pública e a gestão de documentos

A criação, enraizamento e difusão de uma cultura arquivística concebida como parte integrante de uma política de gestão da informação é, em termos genéricos, o objectivo a atingir a médio prazo, na Administração Pública. Para a prossecução deste objectivo é determinante que os organismos oficiais encarem e assumam a necessidade de se dotarem de arquivistas que não se devem confinar ao clássico serviço de arquivo. Como ***gestores de informação*** os arquivistas são responsáveis pelo subsistema de arquivos, no seio ou no contexto de um sistema geral de informação ***K***

Nesta perspectiva, a intervenção dos técnicos de arquivo terá de se processar desde a fase da produção documental, definindo programas e participando em acções tendentes à racionalização dessa mesma produção documental, tal como, de resto, é estabelecido na Lei Orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)[2]. Ora uma tal necessidade não diminui, antes aumenta, relativamente aos documentos electrónicos. Deste modo, os arquivistas ***constroem*** e ***administram*** a informação/documentação desde a sua origem, ***antes mesmo*** do que poderíamos chamar a entrada daquela no arquivo

[1] **Veja-se, a este propósito, o recentemente editado *Manual para a Gestão de Documentos*, coordenação de Maria Madalena Garcia e Maria João Pires de Lima, Lisboa, IAN/TT, 1998.**

[2] **Cf. Decreto-Lei 60/97, de 20 de Março, no seu artigo 9º, n° 2, s).**

corrente. A gestão de documentos e o papel do arquivista neste processo assumem assim uma dimensão mais ampla e colocam novos problemas que vão desde a formação até à inserção dos técnicos de arquivo na estrutura dos organismos produtores de documentação. Por outro lado, e para uma abordagem não impressionista acerca dos documentos electrónicos, importa ter em conta que os programas mais avançados que versam este tipo de documentação (como é o caso do programa de gestão de documentos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e da Universidade de British Coiumbia [3]) retomam o essencial da metodologia para o tratamento dos documentos em suporte tradicional, nomeadamente no que respeita aos critérios para a definição da sua admissibilidade legal e para o estabelecimento do respectivo valor probatório.

Mas as novas realidades não fazem desaparecer os velhos problemas. Limito-me aqui a tratar apenas de um dos mais sentidos, a saber, o da avaliação e selecção de massas documentais acumuladas e, nomeadamente, da questão dos arquivos intermédios. Este assunto foi novamente equacionado há cerca de dois anos, aquando da elaboração da Lei Orgânica do IAN/TT. A perspectiva adoptada no diploma é a de "propor a criação dos arquivos intermédios das administrações produtoras de documentação"[4], e não a de construir, no imediato, grandes arquivos intermédios centrais. Devo, no entanto, dizer, que não considero esta criação ou não criação de um ou dois grandes arquivos intermédios centrais como uma questão de princípio. A opção adoptada justifica-se, na situação em que vivemos, por duas razões principais. Em primeiro lugar exactamente porque, como referi antes, há que introduzir nos organismos da Administração a tal cultura arquivística ou, se

[3] ***Applying IDEF Methodology to Describe Archival Science and Diplomatics. Report 4,*** **U.S. Department of Defense - Records Management Program Management Office and University of British Coiumbia - School of Library, Archival and Information Studies, Junho de 1996.**

[4] **Dec. Lei 60/97, de 20 de Março, art°. 9, n° 2, i).**

preferirem, a responsabilidade pela gestão integrada do seu património documental. Alguns processos em curso, nomeadamente no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde, permitem acalentar a esperança de, a médio prazo, virmos a contar com alterações muito positivas neste campo. Em segundo lugar, importa também não perder de vista uma razão de ordem pragmática que se prende com os meios necessários para construir e pôr a funcionar esses grandes depósitos. Ora se os meios financeiros, mesmo que escassos, podem ser sempre desviados de outros destinos, já os meios humanos não existiam, em absoluto, para pôr a funcionar arquivos intermédios centrais. Importa, sim, criar e ir reforçando gradualmente as condições necessárias para resolver a situação das massas documentais acumuladas. Tais condições não são de ordem teórica, mas sim de prática efectiva e corrente, com um número mínimo de técnicos dotados de experiência neste tipo de intervenção.

2. A normalização da descrição arquivística

O tema da normalização da descrição arquivística continua a ser, em Portugal, uma questão nuclear e sê-lo-á ainda, por certo, no início do próximo milénio. A elaboração e divulgação da norma ISAD(G), da responsabilidade do Conselho Internacional de Arquivos, veio recolocar o assunto em novos termos e permitiu que entre nós se ultrapassassem velhos escolhos. De facto, a utilização da ISAD(G) em aplicações informáticas torna possível um salto qualitativo da arquivística no nosso país. A experiência que o IAN/TT tem vindo a desenvolver ao longo dos dois últimos anos permite já antever a dimensão e **o** alcance desse salto.

Neste momento existe um protótipo de aplicação destinada a "arquivos históricos", a que demos o nome de ***Arquiv*** e que tem estado a ser utilizado por alguns técnicos do IAN/TT. Simultaneamente, está a ser ultimado o caderno de encargos para o lançamento de um concurso público com vista à estabilização e

difusão do ***Arquiv,*** primeiro para a Torre do Tombo e para os Arquivos Distritais dependentes, numa etapa posterior para todos os arquivos, públicos ou não, que queiram adoptá-lo.

Preferirei falar mais em pormenor deste projecto quando ele estiver em condições de ser difundido, o que se prevê venha a suceder no primeiro trimestre do próximo ano. Mas as suas imensas potencialidades são já visíveis para os técnicos do IAN/TT que com ele têm trabalhado. A edição, até ao final de 1998, do primeiro volume do ***Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo,*** já elaborado com recurso ao ***Arquiv,*** testemunhará também, agora em termos públicos, as virtualidades desta aplicação informática.

3. A formação científica e técnica dos arquivistas

Socorro-me, uma vez mais, da Lei Orgânica do IAN/TT, onde se estabelece, como competência do Instituto, na prossecução das suas atribuições, que este de "promover a formação nas áreas da arquivística, do restauro e da transferência de suportes, em colaboração com as entidades competentes"[5]. Trata-se, pois, de uma formulação genérica, que encara as competências do IAN/TT neste campo como sendo desempenhadas ***em colaboração*** com as instituições competentes, ou seja, com aquelas que estão especificamente vocacionadas para ministrarem a formação nesta área e nomeadamente com as universidades. O IAN/TT não se arroga, portanto, como entidade directora ou, sequer, coordenadora da formação dos arquivistas. É claro que esta matéria não é indiferente à definição de uma política nacional de arquivos e é com tal perspectiva que se devem entender as considerações seguintes.

[5] ***Ibidem,*** **artº. 3, nº 1, o).**

A previsível subsistência dos problemas tradicionais a que acima se fez referência (necessidades de inventariação e de normalização da descrição arquivística ou necessidades de avaliação de massas documentais acumuladas, por exemplo), a par da urgência na resposta a novas solicitações e do recurso a novíssimas tecnologias de produção, armazenamento, recuperação e difusão de informação, apontam necessariamente para uma complexificação na formação científica e técnica dos profissionais do sector. De facto, para responder à diversidade de situações haverá que combinar diferentes vectores na formação dos técnicos de arquivo. Não pretendo com isto dizer que todos tenham de saber de tudo; a formação, essa sim, deverá ser bastante versátil, o que não implica que seja ligeira ou superficial. Do meu ponto de vista, são três os pilares em que deverá assentar a formação dos arquivistas, a saber: a especialização, a interdisciplinaridade (particularmente entre as chamadas Ciências da Informação) e a especificidade da Arquivística.

Quando se refere a ***especialização*** ela deve ser entendida a vários níveis. Desde logo convirá dizer que, nesta área como em qualquer outra, falar de especialização pressupõe que está estabilizada uma ***formação de base.*** Ora, entre nós, esta necessidade encontra-se longe de estar preenchida. Tal lacuna tem vindo a ser recorrentemente apontada em vários balanços sobre a formação em BAD, por inúmeros profissionais e estudantes do sector[6]. Por outro lado, a especialização e o aprofundamento de conhecimentos implicam a clara e definitiva autonomização da Arquivística face a outros saberes a que, por tradição, tem andado associada, nomeadamente em relação à História, mas também à Biblioteconomia. Com isto não se pretende dizer que a Arquivística deva "virar costas" a estas, mas sim que se deve afirmar independentemente delas e por força do objecto, do método, das técnicas e da reflexão epistemológica da própria Arquivística. Finalmente, e ainda

[6] **Veja-se, a título de exemplo, o conjunto de reflexões contidas em *Formação Profissional na Área BAD,* Porto, Faculdade de Leiras, 1996.**

no que respeita à especialização, é necessário acentuar a vertente dos arquivistas como ***gestores da informação,*** ou seja, reforçar de modo substancial a sua preparação para trabalharem em arquivo corrente e em arquivo intermédio. Nos dias que correm é cada vez mais claro - e sê-lo-á ainda mais no futuro próximo - que se justifica introduzir uma diferenciação na formação e nas carreirads profissionais, entre os técnicos que operam com documentação em fase activa e semi-activa e aqueles que trabalham em arquivo definitivo ou nos chamados arquivos históricos. Existe trabalho para todos e haverá gostos para tudo. Importa assumir essa diferença e criar verdadeiros especialistas em cada área.

O segundo pilar em que se deve basear a formação é o da ***interdisciplinaridade.*** Julgo que não valerá a pena perder tempo a explicar que uma abordagem ou uma formação interdisciplinar não são contraditórias com uma abordagem ou uma formação especializadas. Antes pelo contrário, uma e outra integram-se e interagem. Esta perspectiva não é uma moda ou uma mera declaração de intenções. Trata-se antes da única via para poder fornacer respostas - e respostas práticas - à complexidade dos problemas acima enunciados. A formação, para ser útil e eficaz, tem necessariamente de integrar conhecimentos no campo das novas tecnologias (elas próprias em mutação e em proliferação constantes), mas também em outras áreas "exteriores" à Arquivística, como sejam a Gestão das Organizações, ou o Direito Administrativo e o Direito do Património. A este propósito vale a pena invocar aqui o desejo expresso pela 32ª Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos, do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em Setembro de 1997, em Edimburgo, segundo a qual "os programas de estudo para os arquivistas [devem incluir] elementos de formação jurídica" [7].

[7] **Cf. as *Resoluções* aprovadas na Conferência e publicadas em português no *Boletim do IAN/TT,* n° 6, Abril-Junho de 1998, pp. 6-7.**

Por último, mas não menos importante, o terceiro pilar da formação deverá sublinhar a especificidade da Arquivística. E também este aspecto não é contraditório com os anteriores. A Arquivística pode e tem de ser considerada como uma Ciência da informação, mas não se dilui nesta expressão de contornos nem sempre bem definidos. Se é opermitida a caricatura, não podemos passar de uma situação em que o arquivista era predominantemente visto como alguém que "apenas" sabia ler documentos antigos e gostava de mexer em "papéis velhos", para uma situação oposta em que o arquivista é alguém a meio caminho entre a informática, a museologia e as tecnologias para a transferência de suportes, um ser perdido no universo real ou mítico dos chamados Sistemas Gerais da Informação...

Não quero acabar este ponto sem tornar explícito que, pela minha parte, não vejo motivos para que na Arquivística não existam os mesmos graus académicos sedimentados em outras áreas científicas ou técnicas, ao nível da licenciatura, da pós-graduação e do mestrado, e do doutoramento. Mas haverá que acrescentar que uma das questões centrais não é tanto a dos graus académicos ou dos currículos, mas antes e sobretudo a dos formadores. Formadores ***profissionais*** de cada área específica - mas com uma visão integrada do que é a Arquivística - que faltam e continuarão infelizmente a faltar entre nós nos anos mais próximos. Ora este é um problema que condiciona sobremaneira as respostas que urgem e que não se resolve de uma penada, nem apenas com voluntarismo.

4. A conservação e o restauro

Apesar do significativo aumento dos investimentos efectuados nos últimos dois anos na área de conservação e restauro de documentos gráficos, a dimensão das tarefas e a premência das situações de ruptura são bem conhecidas por arquivistas e bibliotecários. Além das medidas a tomar, de forma geral e no que respeita à conservação preventiva, importa que ao mais alto nível de decisão se

tomem medidas urgentes com o objectivo de definir uma abordagem racional, planificada e integrada dos problemas existentes.

Assim, merecem particular destaque a formação específica e especializada nesta área de conservação e restauro de documentos gráficos. O estabelecimento de critérios de qualidade e a existência estabilizada de diversos níveis e graus de formação, desde o técnico-profissional às licenciaturas e concedendo apoios à realização de pós-graduações no estrangeiro, são fundamentais para aumentar, em quantidade e em qualidade, a oferta de trabalho. Em segundo lugar e directamente relacionado com o ponto anterior, surge o problema dos recursos humanos de que as instituições arquivísticas dispõem e de que necessitam. Surge, deste modo, como incontornável a questão do descongelamento de vagas nas carreiras técnicas de conservação e restauro dos organismos patrimoniais da Administração Pública, como via para criar e estabilizar quadros técnicos especializados que permitam responder com um mínimo de eficácia às solicitações existentes, e permitam também planear uma intervenção de médio e de longo prazo. Em terceiro lugar e no seguimento do ponto anterior, há que aumentar de modo muito significativo as dotações orçamentais. Desse aumento depende não só a contratação de profissionais qualificados como a criação ou o reapetrechamento de instalações técnicas.

Este aspecto prende-se, aliás, com a definição da estratégia e das prioridades da política de conservação. Um dos eixos centrais dessa política deverá assentar numa acção sistemática de transferência de suportes. Torna-se, todavia, necessário clarificar algumas ideias sobre este ponto. Num recente documento da Associação Alemã de Investigação, difundido pela Comissão Europeia sobre Preservação e Acesso, que integra especialistas de algumas das mais importantes bibliotecas e arquivos europeus, é equacionado o problema da digitalização como

método de preservação [8]. As conclusões são categóricas e merecem ser divulgadas e debatidas sem qualquer espécie de preconceito. O enorme potencial da digitalização situa-se, sobretudo, ao nível das condições de acesso aos documentos. De facto, a curta durabilidade e a fraca estabilidade dos suportes digitais, a par do rápido "envelhecimento" dos softwares disponíveis, não conferem a esta tecnologia, pelo menos por enquanto, o carácter de alternativa em termos de conservação. A estabilidade do microfilme e a garantia da sua duração de longo prazo (desde que observadas as necessárias condições de armazenamento) continuam a fazer da microfilmagem a técnica mais segura e económica para a transferência de suportes de documentos de arquivo, com vista à sua preservação.

O referido relatório propõe uma combinação das duas técnicas, a fim de optimizar a relação entre a preservação e o acesso aos documentos. Nesta ordem de ideias, não recomenda a digitalização directa do original. A proposta essencial que avança é a de utilizar o microfilme como base para a digitalização, sendo assim possível aliar as melhores condições de preservação às melhores condições de acesso. Daqui decorre um conjunto de opções cuja hierarquia é fundamental para se saber o terreno que se pisa e para que não sejam dados passos em falso.

*

* *

Uma estratégia global para o sector dos arquivos deve integrar propostas e projectos parcelares, de maior ou menor alcance, que procuram responder a um conjunto de solicitações muito diversificadas, como diversificada é a realidade global. A política de arquivos, para ser prática e eficaz, deve saber adequar os meios disponíveis a objectivos concretos, susceptíveis de irem

[8] **Hartmut Weber e Marianne Dõrr, *Digitisation as a Method of Preservation ?,* Amsterdam, European Commission on Preservation and Access, 1997.**

contribuindo para a resolução dos problemas existentes. Traçar uma linha de rumo a curto, médio e longo prazo, distinguindo o essencial do secundário, sendo algo de elementar, é também uma perspectiva que convém ter presente a fim de não cair no imobilismo nem na agitação inconsequente. Uma concepção clara acerca da importância da gestão de documentos na Administração Pública, a prioridade conferida à normalização da descrição arquivística, a necessidade de repensar e reestruturar a formação dos técnicos de arquivo e o lançamento sustentado de uma política coerente de conservação e restauro, eis alguns dos elementos estruturantes de uma estratégia e de uma política globais para os Arquivos, em Portugal. A sua concretização é o desafio com que todos nos confrontamos.